

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 9 n. 1 abril 1981

*Conselho  
internacional  
de arquivos*

*Relatório  
e prestação de  
contas da AAB*

70370 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
n. 1  
/abr. 1981

00  
00000



R-40340

Eis que de repente, terminamos o mandato. Foram dois anos de muita luta, ideal e força de vontade, mas, felizmente, valiosos passos foram dados na longa e às vezes áspera caminhada.

Esperávamos mais, mas em todas as trilhas existem obstáculos. Alguns conseguimos transpor, outros ficaram no caminho que será traçado por nossos sucessores.

O 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, com cerca de 700 participantes, foi o ponto alto de 1979. Inscreveram-se inúmeros arquivistas e profissionais da área de Documentação e Informação e participaram representantes de arquivos de todos os Estados, inclusive um Território. O êxito do evento foi o resultado da dedicação de um grupo à tarefa constante e meticulosa da programação em seus mínimos detalhes.

Outro excelente trabalho foi a publicação dos Anais dos 1º e 3º Congressos de Arquivologia. A seus realizadores, os aplausos e agradecimento. Também já podemos anunciar a conclusão da primeira fase dos Anais do 4º CBA.

Com o DASP demos um passo à frente para a conquista definitiva da criação dos cargos de arquivista e de técnico de Arquivo no Serviço Público Federal. Dependemos apenas do Plano de Classificação de Cargos que ainda está em estudos na Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à criação dos Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia, já elaboramos o anteprojeto de lei, restando apenas o pronunciamento do Ministério do Trabalho para ser encaminhado ao Congresso.

Os cursos que realizamos despertaram o mais vivo interesse e assim pudemos dar continuidade à missão de pugnar sempre pelo aperfeiçoamento do profissional de arquivos, cumprindo com fidelidade os princípios regimentais da AAB.

Técnicos estrangeiros aqui vieram e nos deixaram experiências valiosas de países que há mais tempo se dedicam às lides arquivísticas.

As universidades continuam a formar arquivistas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro já se prepara para implantar o ensino profissionalizante com cursos para formação de técnicos de arquivo. Conseguimos, ainda, motivar o Conselho Estadual de Educação que, por intermédio da Câmara de Ensino de 2º Grau, concordou com a inclusão nos programas dos colégios oficiais da habilitação de técnico de arquivo.

Assim, breve os arquivos poderão ter em seus quadros de pessoal dirigentes formados com auxiliares aptos à execução das tarefas arquivísticas, luta árdua que a AAB trava desde a sua criação em 20 de outubro de 1971.

Essa foi a missão que recebemos, demos continuidade e entregaremos a nossos sucessores que, este ano, terão também a alegria dos festejos do primeiro decênio da AAB.

Dez longos e trabalhosos anos já se passaram. Felizmente sentimos que problemas que antes pareciam um sonho tornaram-se realidade, graças aos esforços conjuntos de todo um grupo coeso de idealistas que vem aumentando dia a dia.

Com essa mensagem esperamos que em todo o Brasil, de Norte a Sul, onde houver um arquivo e um profissional entusiasmado e dedicado, em 1981 se prepare uma programação comemorativa e ponha nela todo amor e incentivo.

Vamos portanto festejar, e aqui vão sugestões como seminários, reuniões, exposições de documentos, programas de rádio e TV ou cartazes alusivos à data.

Para 1982 já está programado o 5º CBA, na semana de 17 a 22 de outubro. O tema geral escolhido enfoca "Os Arquivos na realidade brasileira".

Finalizando, agradecemos a todos os membros da diretoria. Ao vice-presidente, às primeira e segunda secretárias, Maria Amélia Gomes Leite e Maria de Fátima Vieira Lopes, sempre atentas aos seus trabalhos; às primeira e segunda tesoureiras, Norma Viegas de Barros e Aurora Ferraz Frazão, que acompanhadas do contador, Almir Machado, mantiveram em dia os trabalhos financeiros; ao Conselho Deliberativo sob a presidência do prof. José Pedro Esposel e ao Conselho Fiscal; ao pessoal da Secretaria, Laura de Oliveira Guedes e Laerte da Costa Moraes, comandados por Clotilde Marques; a Maria de Lourdes da Costa e Souza que, com sua experiência, orientou os trabalhos técnicos junto às instituições que nos procuraram; ao grupo que produz a revista sob o comando de Marilena Leite Paes; à amiga conselheira Helena Corrêa Machado que com serenidade sempre nos atende nas horas difíceis; aos responsáveis pelos Núcleos que, em seus Estados, divulgam as lides da AAB; ao Arquivo Nacional e à Fundação Getúlio Vargas que nos atendem e acolhem em suas dependências. Muitos são os amigos. A todos o nosso abraço.

A nova diretoria que chega sob o comando da arquivista Lia Temporal Malcher, os nossos votos de felicidade, sucesso em seus trabalhos e a promessa de estarmos presentes em todas as ocasiões em que formos convocados, dando muito da experiência adquirida nos dois anos em que dirigimos a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Regina Alves Vieira

Revista quadrimestral de divulgação da  
Associação dos Arquivistas Brasileiros

**Conselho Editorial**

Eloísa Helena Riani Marques  
Helena Corrêa Machado  
José Lázaro de Souza Rosa  
José Pedro Pinto Esposel  
Maria de la E. de Espanha Santos  
Maria Luíza S. Dannemann

**Redatora-Chefe**

Marilena Leite Paes

**Secretária**

Maria Amélia Gomes Leite

**Editores**

Edições Achiamé Ltda.  
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6  
Tel.: 222-0222  
Rio de Janeiro - RJ

**Composição**

Linolivo S/C Composições Gráficas

**Impressão**

Ebano Gráfica e Editora Ltda.

**Editorial 1**

**Estudos**

Proposta de classificação de  
arquivos curiais 3

CPDOC — Fontes primárias  
condicionam formato  
institucional 4

**Resenha bibliográfica**

Bibliografia da história da  
Igreja no Brasil, referente às  
obras editadas em 1978 8

**Entrevista**

Homenagem a Almirante 9

**Desburocratização**

Os caminhos da desburocratização 11

**Várias**

Curso de graduação  
em arquivologia da  
Universidade Federal Fluminense 12  
Ajuda externa 15

Conselho Internacional  
de Arquivos 16

**Informe 18**

Relatório e prestação de contas  
da AAB 34

**Crônica**

O espaço profissional do  
arquivista 40

**ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS  
BRASILEIROS**

**Diretoria 1979-81**

**Presidente**

Regina Alves Vieira

**Vice-Presidente**

Rômulo Brügger Roland

**1º Secretário**

Maria Amélia Gomes Leite

**2º Secretário**

Maria de Fátima Vieira Lopes

**1º Tesoureiro**

Norma Viegas de Barros

**2º Tesoureiro**

Aurora Ferraz Frazão

**Conselho Deliberativo**

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

José Pedro Pinto Esposel

Maria Luíza S. Dannemann

Marilena Leite Paes

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Wilma Schaefer Corrêa

**Suplentes**

Hélio dos Santos

Jaime Antunes da Silva

Janine Resnikoff Diamante

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Maura Esândola Quinhões

**Conselho Fiscal**

Arnaldo Barbosa Cruz

Fernando Salinas

Milton Machado

**Suplentes**

Eloísa Augusta Vieira

de Almeida

Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para  
**Arquivo & Administração**  
Praia de Botafogo, 186, sala B-217  
22253 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 551-0748

Preços de assinaturas  
Sócios da AAB distribuição gratuita  
Não-Sócios Cr\$ 120,00

Exemplar avulso  
ou atrasado Cr\$ 50,00

Distribuição: AAB  
Desejamos permuta  
Nous desirons échange  
We are interest in exchange

Os artigos assinados são  
de inteira responsabilidade dos  
respectivos autores e não  
expressam necessariamente  
o pensamento da Associação  
dos Arquivistas Brasileiros ou  
dos redatores de  
**Arquivo & Administração**.  
Permitida a reprodução de  
artigos desde que seja  
observada a ética autoral que  
determina a indicação  
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-  
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.  
v. ilust. 28 cm quadrimestral.  
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.  
1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação  
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 1	p. 1-40	jan./abr. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

3.ª Seção — Das Comarcas Eclesiásticas (Vigararias da Vara e Foranias)

1. *Livros*.
2. *Processos*.
3. *Avulsos*.

4.ª Seção — Das Paróquias, Curatos e Capelas

1. *Livros*: Registro de Batizados; Registro de Óbitos; Registro de Casamentos; Registro de Crismas; Registro de Inventários e Patrimônios; Tombos (Registro de Ordens e Termos de Visitas); Caixa; Conselhos Pastorais; Comissões e Obras.

2. *Processos*: Matrimoniais.

3. *Avulsos*: Correspondência (ativa e passiva); Provisões.

5.ª Seção — Das Irmandades e Associações

1. *Livros*: Atas (Sessões e Assembleias); Caixa; Registro de Irmãos e Associados; Registro de Patrimônios.

2. *Avulsos*: Estatutos; Correspondência (ativa e passiva); Provisões; Impressos (programas e diversos).

6.ª Seção — Dos Impressos Diocesanos (periódicos e publicações diversas)

Anuários, Poliantéas, Álbums, Boletins, Relatórios, Planos de Pastoral.

7.ª Seção — Da Iconografia  
Fotos, etc.

8.ª Seção — Biblioteca de Apoio

Anuários, Boletins, Biografias, Obras de Referência, etc.

Outras Seções: Música, Rituais, etc.

#### Abstract

*In order to build a reference register of Church archives, beginning with the State of São Paulo, the Center of Studies and Research on the History of the Church in Brazil proposes the ordering of archives of diocesan curiae through a simple, quick classification of existing material according to criteria such as origin, nature and time. Advice is offered as well, including by correspondence.*

## CPDOC - Fontes Primárias Condicionam Formato Institucional\*

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco\*\*  
Célia Camargo de Simone\*\*\*

1. Introdução; 2. Formato Institucional; 3. Conclusão.

### Resumo

As instituições depositárias de documentos históricos, lidam basicamente com as formas de registro próprias da época em que foram produzidos. Em outros termos, trabalham com veículos ou instrumentos de informação existentes naquele momento. A partir do instante em que se considera um registro documental como a retenção deliberada de uma informação, torna-se inevitável admitir que o trabalho em documentação só pode ser plenamente desenvolvido se baseado nesse binômio: documentação/informação.

\* Trabalho apresentado ao IV Congresso Brasileiro de Arquivologia, Segunda Sessão Plenária, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1979.

\*\* Chefe do CPDOC.

\*\*\* Coordenadora do Setor de Documentação do CPDOC.

Nesse sentido, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC — implanta atualmente um novo formato, que inclui a própria concepção do trabalho em documentação e pesquisa em ciências sociais. A intenção é corresponder aos movimentos descritos e enquadrar-se na dinâmica da informação em nossos dias, não excluindo a própria reflexão sobre essa dinâmica.

### 1. Introdução

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, como entidade de classe, tem sido um dos veículos mais ágeis e persistentes (veja-se a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo como uma de suas grandes vitórias), no sentido de conscientizar os profissionais da área para os problemas relativos à documentação, no país, e de levar propostas concretas de soluções aos poderes e instâncias competentes para torná-las aplicáveis e adequadas à realidade brasileira.

As idéias que apresentamos hoje, neste plenário, além da intenção de explicitar a adesão a essas batalhas da AAB, visam trazer para discussão e reflexão alguns temas que constituem preocupações ou dificuldades que julgamos básicas como subsídio para a definição e instalação de diretrizes e de uma política adequada e viável para os arquivos, no Brasil.

Com a elaboração do Programa Nacional de Cultura, em 1975, o governo brasileiro evidenciou uma forte preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, especialmente com os documentos históricos. Com a recente campanha, realizada através do Arquivo Nacional, no sentido de solicitar seu encaminhamento aos arquivos existentes nas cidades onde forem encontrados, a proposta de recuperação de nossa memória assumiu caráter de compromisso público.

Tal compromisso, no entanto, não pode ser compreendido como uma simples proposta de

recolhimento das evidências documentais que revelem nossa memória. Acreditamos que, juntamente com esta tarefa, devem estar presentes as preocupações de acondicionamento e espaço adequados, tratamento e divulgação de todo o material que possa dar conta de nossa história (inclusive a história presente), bem como o apoio à formação de pessoal especializado. Essa visão do problema, parece-nos, é partilhada por todos os profissionais das áreas de arquivo e documentação, aqui reunidos.

Não é possível deixar de encarar os arquivos como parte inerente a qualquer sistema nacional de informação. Nesse pressuposto reside a explicação e a própria razão da salvaguarda de documentos (históricos ou administrativos) para as preocupações governamentais relativos à recuperação de fontes. Como sabemos, o século XX registra um crescimento vertiginoso dos arquivos, principalmente aqueles de caráter público, uma vez que o Estado moderno, desde a sua formação, caracteriza-se pela multiplicação gradativa das áreas de sua interferência.

O momento em que vivemos, por sua vez, apresenta como um de seus suportes fundamentais a *informação*. Não será simples coincidência ou mero resultado isolado do desenvolvimento tecnológico o surgimento de equipamentos, altamente sofisticados (cuja produção é devidamente estimulada) para o acondicionamento e reprodução de documentos, bem como o progresso da tecnologia documental e das técnicas de processamento das informações contidas nos diversos suportes documentais. Aí está a Ciência da Informação, que não nos deixa sem razão. A realidade é que, hoje, o domínio e o monopólio da informação são uma nova forma de poder, de capital, que merece cada vez mais atenção e investimento.

Essas considerações gerais nos parecem importantes para que seja

possível delimitar o campo mais amplo onde estão circunscritos nossos principais problemas, na sua atuação, e onde, principalmente, estará a instância final de decisão das propostas de adequação, equacionamento ou solução desses mesmos problemas.

Se, de um lado, nossos interesses encontram respaldo nos próprios mecanismos de funcionamento da sociedade contemporânea, no que se refere à salvaguarda, manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação da informação, de outro, é necessário atentar para os interesses específicos da área e de seus profissionais (que, na maioria das vezes, não são levados em conta pelos grupos decisórios) que, antes de tudo, são regulados pela consciência do valor histórico das informações guardadas. Os arquivos correntes, o que são, senão a história presente?

É claro, para todos, que a documentação e a arquivística (não esquecendo a biblioteconomia) pertencem ao domínio da técnica e não ao da ciência. Essas atividades, no entanto, não podem prescindir da utilização dos conceitos básicos adotados na análise científica, exercendo a relação íntima com as ciências às quais esses arquivos e conjuntos documentais estão referidos. Nesse momento, apontamos para um dos campos específicos de interesse da arquivística, no Brasil. Sua utilização na ciência, nos projetos culturais, onde nem sempre, as exigências estarão de acordo com o ritmo e a própria concepção do desenvolvimento da tecnologia documental, em seu sentido mais amplo. O profissional ligado à área de documentação e arquivo exatamente por desempenhar suas funções no domínio da técnica, não pode ser encarado, em seu trabalho, como prisioneiro de suas mesmas técnicas.

A rigidez de normas e de técnicas é relativa, movendo-se conforme os momentos históricos em que

se estabelecem. Em outras palavras, o arquivista, o técnico em arquivo, o bibliotecário, enfim, o especialista em documentação e informação estará sempre *a serviço de*. Por isso mesmo, esses profissionais têm a necessidade e o direito de acesso sistemático — seja em cursos de formação, extensão, aperfeiçoamento ou especialização — ao conhecimento dos procedimentos adotados pela prática científica nas áreas em que atuam (não confundir com perfil do usuário). O que nos parece de importância crucial quando se pensa na definição de uma política nacional de arquivos, documentação ou informação, na área relativa à capacitação de pessoal.

A partir do século XVII, graças aos historiadores ocidentais, principalmente, os arquivos firmaram-se como base dos relatos contemporâneos. Despertava o interesse histórico pelos arquivos. No século XIX adquirem dimensão científica e cultural, que permanece até os nossos dias. Daí o transtorno sofrido pelo arquivista quanto às normas reguladoras de seu ofício. As suas funções tradicionais, como aponta Jean Favier, acrescentou-se aquela de servir à ciência e à difusão da cultura. Foi nesse momento que se tornou claro para todos “o direito dos cidadãos a um patrimônio arquivístico comum”. O direito de acesso aos arquivos significava o próprio direito de acesso à verdade. Lembra Favier, ainda, que “os arquivos, reflexo e testemunho das dificuldades com que se defrontaram os homens de todos os tempos, tornaram-se, por sua vez, um elemento da política nacional e internacional de cada país”.

Tendo como foco de atenção exatamente esta dimensão científica e cultural adquirida pelos arquivos é que nos propomos a refletir sobre as tentativas de superação das lacunas existentes em nosso país, através da criação de centros de documentação e pesquisa, cujas iniciativas têm partido na maioria das

vezes das universidades, de historiadores e de cientistas sociais, dos usuários.

Apresentamos aqui, uma experiência concreta, a do CPDOC que, como várias entidades semelhantes, uniu-se às lutas pela guarda e preservação de nosso patrimônio documental. Acreditamos que esse relato possa contribuir como subsídio às soluções buscadas por todos nós para a viabilização do acesso às fontes e à informação em nosso país.

## 2. Formato Institucional

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, foi criado em 25 de junho de 1973. Há seis anos, portanto, veio ocupar um dos vários espaços vazios na preservação e organização de documentos da História do Brasil.

Essas lacunas que mencionamos e, muitas vezes, a ânsia de salvamento de preciosas evidências documentais, que guardam a nossa memória, geram distorções ou mesmo desvios institucionais que, na tentativa de recuperar o tempo e a documentação, perdidos, acabam por tornar tão abrangentes e ambiciosos os seus objetivos e diretrizes que sua concretização se inviabiliza no próprio ato de suas concepções.

Com a intenção de não incorrer nesse tipo de imobilismo, o CPDOC procurou delimitar os campos de sua atuação que podem ser assim especificados:

1. *Arquivos privados.* Toda a documentação reunida pelo Centro é de natureza privada e adquirida sob a forma de doações. Os arquivos referem-se a homens públicos, políticos, empresários, militares, técnicos, etc. que retratam a história da vida de seus titulares e, portanto, de momentos de nossa história contemporânea.

Os titulares dos arquivos, familiares ou seus representantes, que doaram o acervo à Fundação Getúlio Vargas compõem o Conselho de Doadores do CPDOC.

2. *Periodização histórica.* Os trabalhos desenvolvidos resultam de uma opção em abordar o período da Segunda República, tomando por base a Revolução de 1930, de seus antecedentes, até os nossos dias.

3. *Área das Ciências Sociais.* O Centro optou pela delimitação do campo das ciências sociais, em função de um trabalho relativo ao nível da história política, no seu sentido mais lato.

Da mesma forma que se pretendeu delimitar os campos de atuação do Centro, para que pudéssemos assegurar a eficácia dos trabalhos pretendidos, cuidou-se de determinar o *formato institucional* necessário ao respaldo das atividades necessárias à concretização dos objetivos fixados. *A especificidade de seu campo técnico e científico está exatamente na associação, de forma integrada, da documentação, como área técnica, à pesquisa histórica.*

Assim, o Setor de Documentação serve ao Setor de Pesquisa e ao desenvolvimento de seus quatro projetos: elites agrárias, militares, educação e ideologia do Estado Novo, reunindo e organizando preferencialmente os arquivos a serem utilizados.

O Setor de Pesquisa, ao mesmo tempo, auxilia na própria formação de núcleos de documentos históricos. Como exemplo, podemos mencionar o projeto de educação, ligado à organização dos arquivos de Gustavo Capanema, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Ao mesmo tempo, distinguimos claramente as funções do técnico em documentação (arquivo, biblioteca e audiovisual) daquela do pesquisador histórico. Enquanto a pesquisa encara a documentação como uma necessidade imediata de desen-

volver projetos especificamente definidos, a documentação tem como conduta encarar o documento histórico de forma mais ampla e genérica, preparando-o não para um pesquisador, mas para todos os pesquisadores.

Por isso mesmo, e em função de sua história institucional e das espécies de documentos doados, o CPDOC adotou um *formato específico para o seu Setor de Documentação*. Na medida em que trabalhamos com várias espécies de suportes documentais, que exigem setores especializados para desenvolver o tratamento técnico de preservação e organização, o Setor de Documentação passou a ser subdividido em três subsectores: *Arquivo, Biblioteca e Audiovisual*.

O *Subsetor de Arquivo* ocupa-se dos manuscritos e documentos datilografados, além dos recortes de jornais selecionados pelos próprios titulares. Este foi o núcleo original não apenas do Setor de Documentação como de todo o Centro.

O *Subsetor de Biblioteca* ocupa-se do material impresso, livros, periódicos e folhetos.

O *Subsetor de Audiovisual* teve início recentemente, em 1976, com a entrega de fotografias do arquivo Osvaldo Aranha. A partir de então, este acervo tem sido enormemente enriquecido, inclusive com filmes, discos, fitas e microfilmes. A documentação visual, como um campo novo de trabalho, tem exigido toda uma reflexão sobre a forma de tratamento e de suas possíveis abordagens e utilização na pesquisa histórica, como *fonte* de investigação.

Os documentos sob a guarda do Centro, estimados atualmente em 500.000, variam quanto à espécie e ao período em que foram gerados. Quanto a sua forma e tempo de produção, podem ser agrupados da seguinte maneira:

— *de 1930 a 1950*, quando havia uma troca de correspondência mais ativa e presente entre os políticos que, naturalmente, comunicavam-se

com mais frequência por meio de cartas, bilhetes, telegramas, condicionados evidentemente pela ausência de outros meios de comunicação.

— de 1950 (aproximadamente) em diante, observado o desenvolvimento acelerado da tecnologia e, portanto, de novos meios de comunicação e novas formas de registro (telefone, fitas magnéticas, etc.) e com as facilidades de locomoção (automóvel, avião), perde-se substancialmente o registro escrito da história política, sendo necessário o recurso a outras formas, entre as quais encontram-se, por exemplo, as entrevistas e os suportes visuais.

Além dos trabalhos de preservação e organização de documentos e de sua imediata colocação para consulta, o CPDOC tem procurado aprofundar-se numa série de questões técnicas que, devido a sua importância, descrevemos a seguir.

*A formação técnica e de conteúdo de seus profissionais.* Em geral, nossos funcionários são graduados em História, Ciências Sociais ou Ciência Política. Diante do trabalho ligado ao tratamento da documentação torna-se necessário a sua permanente especialização técnica por intermédio de cursos de aperfeiçoamento ou pós-graduação nessa área, com seus horários liberados para sua realização.

*Espaço físico.* Com a previsão da construção de um novo prédio para todos os setores que se ocupam de documentação na FGV (Biblioteca, Arquivo Central e CPDOC) temos trabalhado de forma integrada para estudar e formular um projeto adequado às nossas reais necessidades.

*Microfilmagem.* Juntamente com o Arquivo Central da FGV, dirigido por Marilena Leite Paes, temos participado do projeto de instalação de um laboratório de microfilmagem na FGV.

*Direitos Autorais.* Junto aos organismos jurídicos da FGV temos apresentado e discutido problemas referentes aos direitos autorais do

documento histórico, questão que nos afeta de perto na medida em que lidamos com material de natureza privada. De maneira informal, solicitamos ao Ministro da Educação uma participação direta das instituições e entidades que se ocupam de documentação histórica no Conselho Nacional de Direito Autoral.

A partir dessas preocupações temos procurado refletir sobre os *problemas e lacunas da legislação nacional* referentes à preservação, guarda e acesso às fontes primárias para a História do Brasil.

Em função de nossa experiência e dos trabalhos que vimos realizando, temos prestado, sempre que solicitados, assessorias a outros centros de documentação, procurando colaborar com o trabalho de outras instituições com finalidades semelhantes.

Trabalhos interinstitucionais já vêm sendo realizados, como o *Guia preliminar de fontes para a história do Brasil* elaborado em colaboração com a Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a coordenação da profa. Maria Amélia Porto Migueis.

### 3. Conclusão

Diante de todas as iniciativas de trabalho mencionadas, fica a questão de como está posicionado o CPDOC no contexto nacional quanto à tarefa de articulação da documentação no âmbito das Ciências Sociais. Como integrar instituições — universidades, bibliotecas, arquivos, entidades culturais — que vêm desenvolvendo um trabalho semelhante no sentido de acoplar a documentação às Ciências Sociais? Como integrar essas instituições e atividades desenvolvidas evitando uma série de distorções já evidenciadas? Questões que se prendem basicamente a:

— ausência de uma legislação nacional adequada a nossa realidade e em condições de definir a guarda, preservação e direito de

acesso à informação e aos documentos históricos;

— ausência de espaço físico, instalação e equipamentos mínimos que assegurem a preservação dos acervos;

— dispersão de esforços desarticulados em função da ausência de uma orientação (política) nacional;

— ausência de incentivo à formação de profissionais habilitados no tratamento de documentos ligados à pesquisa histórica e às ciências sociais.

Registre-se, nesse sentido, uma experiência de articulação de instituições e, conseqüentemente, de informações no campo da documentação em Ciências Sociais: o Grupo de Documentação em Ciências Sociais — GDSCS, — criado em 1975 e que reunia a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e a Casa de Rui Barbosa. Este grupo poderia vir a se transformar no embrião de uma entidade que gerisse uma política nacional de documentação, operando como um Centro de Documentação Nacional em Ciências Sociais ou como cabeça de um Sistema Nacional de Documentação em Ciências Sociais.

### Abstract

*Those institutions which keep historical documents deal mainly with register forms of the time when they have been created; that is, they operate with documents or vehicles of information existing at that particular time. From the moment a register entry is considered to be a deliberate recording of a datum (information), it must be admitted that the work of documenting can only be performed if based on the duality documentation/information. In this sense CPDOC is introducing a new model which includes the very concept of documentation and research in the Social Sciences, in order to respond to the movements described and to conform to the dynamics of present-day information, which does not exclude a reflection about such dynamics itself.*